

O NIVEL CULTURAL DOS ALMOXARIFES

E. L. BERLINCK

A Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do DASP ultimamente tem sido chamada a se pronunciar sobre pedidos de transferência de funcionários para a carreira de Almojarife. Os pedidos provêm de serventuários que servem nas mais diversas funções, inerentes a outras carreiras.

O movel dêsse desejo é, quasi sempre, originado nas maiores vantagens oferecidas aos Almojarifes: maior rapidez de acesso e possibilidade de alcançar, de futuro, um padrão de vencimentos melhor.

De acôrdo com a Lei, a Divisão de Seleção tem submetido a uma prova de habilitação os candidatos à transferência, verificando seus conhecimentos de matemática elementar, direito administrativo, mercologia e prática de serviço.

Esse afluxo de pretendentes à profissão de Almojarife é resultado da sábia política iniciada pelo Conselho Federal do Serviço Público Civil, que transformou o cargo isolado de Almojarife em cargo de carreira.

Até então, êsse cargo tinha todos os atributos capazes de desanimar os mais ardentes e abnegados servidores do Estado: era um cargo isolado e, portanto, um posto de renúncia e de sacrifício. Entre as diversas camadas da hierarquia, estratificadas pelos regulamentos, era certo encontrar-se um fossil: o Almojarife.

A transformação do cargo isolado de Almojarife em cargo de carreira veiu estimular muito desejo de ser util ao Estado, que a incompreensão sobre as responsabilidades que recaem em seus ocupantes houvera adormecido.

O afluxo de candidatos à carreira de Almojarife, provenientes da própria legião dos servidores do Estado, tornou possível ensaiar-se, desde já, uma seleção de valores e adquirir-se prá-

tica no julgamento das aptidões indispensáveis ao exercício de tão espinhosa profissão.

Si quisermos considerar o Almojarife como simples guarda do material, poucas dificuldades descobriremos para o desempenho de suas funções. A realidade, porém, é bem diversa.

Cargo sujeito a prestação de fiança, logo de início apresenta ao candidato uma dificuldade, além das comumente vencidas pelos que ingressam no serviço público: a posse de um pequeno capital, que deve ser depositado em garantia de sua atuação correta durante todo o tempo em que servir. Esse sistema, depois do desenvolvimento das operações de seguros em todas as modalidades, apresenta-se arcaico e ineficiente. Conforme sugerimos mais de uma vez, deverá o Governo estudar uma forma de seguro, chamado de "fidelidade", para resolver a questão da fiança dos almojarifes e outros funcionários responsáveis por bens públicos.

Apenas empossado no cargo, fica o Almojarife preso a um emaranhado de leis, códigos, regulamentos e instruções, muitas vezes contraditórios, que, na maioria dos casos, lhe tolhem a ação e a iniciativa. No momento atual, em que a legislação sobre o material está sendo remanejada, deve o Almojarife ser um estudioso das novas diretrizes, afim de não ser colhido de surpresa em algum declive, que a ignorância das novas instruções — sobre a padronização, por exemplo — facilitará.

E' indispensável que haja, por parte do Almojarife, todo cuidado afim de que, por ocasião do recebimento, não dê entrada num material em desacôrdo com o especificado na encomenda. A questão das quantidades é sobremodo importante, obrigando a uma vigilância estafante. O trato com certos fornecedores pouco escrupulosos pro-

duz infundáveis questões. A calúnia esvoaça no ar, pronta a se abater sobre o Almojarife quando impede que certos abusos se pratiquem.

A par dessas dificuldades de ordem administrativa, outras, de caráter técnico, surgem constantemente, desde a maneira de resguardar os materiais contra as injúrias do tempo, da umidade, do calor, do fogo, até os exames de laboratório, para decidir sobre a qualidade dos artigos entregues, e a interpretação de laudos. A atividade do Almojarife, no setor do recebimento dos materiais, entrosa-se com a do Tecnologista, obrigando-o a ser um conhecedor dos artigos com que lida diariamente.

O nível de cultura técnica do Almojarife deve ser, necessariamente, elevado e geral; sem atingir a do Tecnologista, que dispõe dos recursos do laboratório, deve entretanto abranger esfera bem extensa.

Esta secção da *Revista do Serviço Público* inicia no presente número — especialmente para os Almojarifes — uma série de artigos de di-

vulgação sobre os materiais de uso comum, elucidativos da sua fabricação, composição e propriedades, procurando, destarte, contribuir para a elevação do nível cultural dos esforçados funcionários que lidam com o material da União.

Neste número, encontrarão os leitores uma discussão sobre a maneira de confeccionar um catálogo de materiais — obra indispensável à boa ordem dos serviços com eles relacionados e que está sendo atacada com vigor pela Divisão do Material do DASP — de autoria do engenheiro Aguinaldo Barcelos, do Instituto Nacional de Tecnologia; a publicação comentada pelo engenheiro Briggs Brito, da Divisão do Material, de um ante-projeto de especificação para máquinas de escrever, tendo a finalidade de provocar debates sobre o assunto; e, finalmente, um artigo sobre a fabricação de papel, do sr. Salim Abib Attuch, Químico Industrial da Divisão do Material, ora estagiando no Laboratório do Instituto Nacional de Tecnologia junto à Comissão Central de Compras.

CATALOGO DE MATERIAIS

AGUINALDO BARCELOS

Do Instituto Nacional de Tecnologia

A Divisão do Material, atendendo às atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto-lei n.º 579, de 30 de julho de 1938, que organizou o DASP, deu início à elaboração de seu *Catálogo de Materiais* o qual, virá prestar relevantes serviços aos diversos departamentos e repartições do Governo, orientando-os no que diz respeito à maneira por que devem ser redigidas as requisições. Estas devem ter uma linguagem simples, uniforme, sempre a mesma para o mesmo material e capaz de caracterizá-lo com clareza, de modo a que não fique sujeito a interpretações dúbias. O *Catálogo de Materiais* constituirá, também, o marco inicial para o estudo da redução de tipos e a organização de especificações técnicas. Trata-se, portanto, de um trabalho digno dos melhores encômios.

Durante os anos de contato que tivemos na Comissão Central de Compras, com as diversas repartições, pudemos observar a completa falta de clareza com que são redigidas as requisições,

surgindo o mesmo material com as mais diversas denominações e dentro de indicações absolutamente falhas, incapazes de defini-lo com segurança. Esse fato, causador dos maiores transtornos no processo de aquisição do material, principalmente pela circunstância de tornar quasi que impraticável o controle dos preços unitários, só pode ser solucionado de maneira lógica pela criação de um verdadeiro dicionário, que é o *Catálogo de Materiais*, no qual todo o material usualmente consumido venha descrito em linguagem simples, mas precisa. Fácil é imaginar a diversidade de artigos que deve ser abrangida pelo *Catálogo* e, portanto, o esforço que representará a sua organização.

Compreenderá a nomenclatura do material, sua aplicação, descrição, dimensões e peso, unidade de compra e, finalmente, indicará quais os elementos que devem constar da requisição. A nomenclatura será ponto cuidadosamente estudado, devendo ser excluídos os nomes viciosos e os